

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PROJEÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL FUTURA BASEADA NA SOCIALIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO¹

Aline Faé Stocco

Palavras-Chave: Socialismo; Modo de Produção; Socialização; Meios de Produção

Resumo: Esse artigo se propõe a retomar o pensamento de Marx e Engels sobre o processo de superação do capitalismo e sua substituição por uma nova forma de organização social da produção, relacionando o posicionamento dos autores com visão de totalidade histórica presente na análise dos mesmos e com o momento histórico em que escreveram sobre o tema. Pretende-se com isso evidenciar a atualidade das contribuições dos autores para se pensar e estruturar projetos políticos que permitam às classes trabalhadoras dos diferentes países da América Latina retomar o caminho da transformação social.

1. Introdução

Após um período importante de governos identificados com as causas históricas dos povos latino-americanos, direcionados por uma agenda progressista e até mesmo revolucionária, os países da América Latina encontram-se mais uma vez sob ataques da classe capitalista organizada em âmbito mundial que busca retomar a direção política na região. Esse processo, está associado também ao fato de que o modelo de conciliação de classes que permitiu a muitos desses governos implementarem políticas públicas progressistas, com a crise econômica iniciada em 2008 se esgotou. As políticas públicas não apenas encontraram seu limite na melhoria das condições materiais de sobrevivência, mas em alguns países já é possível observar um processo de deterioração dos resultados alcançados.

Diante desse contexto de crise política e econômica, torna-se evidente os limites de projetos, modelos e soluções pautados em reformas circunscritas à esfera política e redistributiva e que não avance sobre a base econômica da produção. Isso torna urgente a tarefa de se pensar e reestruturar os projetos políticos da classe trabalhadora

¹ Este artigo é resultado das discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa *Estudos Críticos do Desenvolvimento* ligado ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

retornando o foco da luta política para o enfretamento e a superação do antagonismo de classe que, ainda hoje constitui-se no principal determinante da organização da base econômica da produção nos países da região.

Frente a essa realidade cabe perguntar que contribuições os clássicos do socialismo científico aportaram ao processo de luta dos trabalhadores no sentido de estabelecer horizontes a serem construídos. Nesse sentido, esse artigo se propõe a retomar o pensamento de Marx e Engels sobre o processo de superação do capitalismo e sua substituição por uma nova forma de organização social da produção, relacionando o posicionamento dos autores com visão de totalidade histórica presente na análise dos mesmos e com o momento histórico em que escreveram sobre o tema. Pretende-se com isso evidenciar a atualidade das contribuições dos autores para se pensar e estruturar projetos políticos que permitam às classes trabalhadoras dos diferentes países da América Latina retomar o caminho da transformação social.

1.1 Aportes teóricos de Marx e Engels para a projeção de sociedades futuras fundadas na socialização dos meios de produção

O emprego do termo socialismo para designar formas de organização social em que esta não fosse mais estruturada por classes sociais, não foi um ato pioneiro de Marx e Engels. Antes deles, os socialistas utópicos já projetavam a construção de uma sociedade futura em que as classes sociais seriam abolidas, porém essa superação não era vista como parte do próprio desenvolvimento histórico da humanidade, mas como algo externo, sem nexos históricos (ENGELS, 2015). Em relação a isso, cabe considerar que o socialismo científico, fundado por Marx e Engels, não foi um rompimento² com o pensamento anterior, mas o que eles fizeram, segundo as próprias palavras de Engels foi por o socialismo sobre o "chão da realidade" (ENGELS, 2015, p. 48), foi conectar a antecipação de uma sociedade futura ao desenvolvimento das contradições da sociedade organizada sob o domínio do capital mostrando a necessidade histórica da primeira em virtude do acirramento de tais contradições.

² Isso se confirma, por exemplo, quando Engels (2015) após relacionar às limitações teóricas dos socialistas utópicos ao estágio ainda inicial de desenvolvimento das relações de produção capitalistas coloca que o posicionamento dele e de Marx era de regozijo com ideias embrionárias e pensamentos geniais que surgiam do campo da fantasia.

Conforme assinala Engels (2015), as limitações teóricas presentes nas elaborações dos socialistas utópicos estão relacionadas ao estágio ainda inicial da produção capitalista. Para ele, os utópicos recorreram à razão e ao pensamento porque ainda não estavam aparentes na nascente ordem social comandada pelo capital os elementos que os conduziram à construção de uma nova sociedade. Mas não foi apenas essa a limitação que impediu os socialistas utópicos de avançarem. De maneira substancial, a concepção materialista da história descoberta por Marx e Engels foi o diferencial que os permitiu trazer o socialismo para o campo da ciência e com isso aportar à classe trabalhadora um referencial de luta.

Marx e Engels, partem do materialismo alemão de Hegel, reconhecendo que por meio deste, pela primeira vez, dentro do campo filosófico, apresenta-se uma compreensão de totalidade do mundo natural, histórico e espiritual como processo. Segundo Engels (2015, p.53),

pela primeira vez – e este é o seu grande mérito – encontra-se descrita uma compreensão de todo o mundo natural, histórico e espiritual como um processo, isto é, como movimento, mudança, transformação e desenvolvimento constantes, e no qual se faz a tentativa de demonstrar o nexos interior existente nesse movimento e desenvolvimento.

Com isso, a história perdeu seu aspecto de “emaranhado caótico de brutalidades sem sentido” e passou a ser considerada “como o processo de desenvolvimento da própria humanidade”, sendo tarefa da filosofia, a partir desse momento, investigar as leis que regem esses processos (ENGELS, 2015, p.53). Essa é a tarefa que assumem Marx e Engels.

É importante resgatar aqui parte de uma longa citação do periódico russo “Mensageiro europeu” que o próprio Marx usou para exemplificar o método histórico-dialético em que se confirma isso de maneira contundente.

“Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para a outra, de uma ordem de relações para outra”. (MENSAGEIRO EUROPEU apud MARX, 2013, p. 27)

Mas ao aplicar essa processualidade dialética vista na natureza, na história os autores levaram em consideração um ponto que difere de maneira importante a história do desenvolvimento da natureza, da história do desenvolvimento da sociedade:

(...) De tudo que acontece na natureza – tanto os inumeráveis fenômenos aparentemente fortuitos que afloram à superfície como resultados finais pelos quais se comprovam que esses acasos aparentes são regidos por leis – nada ocorre em função de objetivos conscientes e voluntários. Em troca, na história da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que atuam sob o impulso da reflexão ou da paixão, buscando determinados fins; (ENGELS, fev. 2016)

Com isso, a realidade é vista como resultado também da ação do homem, ação que é consciente e voluntária, que busca determinados objetivos individuais impulsionados por suas reflexões e emoções. Assim, os autores afirmam que a história nada mais é que o "resultado dessas numerosas vontades projetadas em direções diferentes e de sua múltipla influência sobre o mundo exterior" (ENGELS, fev. 2016), assumindo com isso a aparência de causalidade. Mas, por outro lado, ressaltam que as reflexões e as paixões individuais possuem causas determinantes de diferentes naturezas que, para se compreender as leis gerais que regem a história em seu conjunto, precisam ser investigadas.

Assim, foi a partir desses avanços no campo do método que, Marx e Engels ao investigarem as forças motrizes que moviam os homens naquele determinado tempo histórico, identificaram as leis que regem o modo de produção capitalista e as contradições presentes nessa organização social que ao criarem determinadas condições objetivas e subjetivas, historicamente exigiram uma transformação social, ou seja a constituição do socialismo. Isso fica bastante explícito na seguinte passagem de Engels (2015, p 55 e 56):

(...) o socialismo existente até aquele momento era tão incompatível com essa concepção materialista da história quanto a concepção de natureza do materialismo francês era incompatível com a dialética e a ciência natural mais recente. O socialismo existente até aquele momento criticava o modo de produção capitalista vigente e suas consequências, mas não era capaz de explicá-los e, portanto, de lidar com eles; só o que ele conseguia fazer era condená-los como ruins. Por outro lado, tratava-se de expor esse modo de produção capitalista em seu nexos histórico e em sua necessidade para um determinado período histórico - e, portanto, de expor também a necessidade do seu desaparecimento. Mas, por outro lado, de desvelar seu caráter intrínseco que continuava oculto, visto que a crítica feita até aquele momento se lançara mais sobre as consequências perversas do que sobre o andamento da coisa em si.

A partir disso, compreende-se também que Marx e Engels não elaboraram uma teoria sistematizada sobre o socialismo ou comunismo, mas que, ao longo de suas investigações, os autores empreenderam uma reflexão teórica que buscou entender o momento em que viviam partindo de uma concepção de totalidade que tinha como

perspectiva o desenvolvimento histórico-natural da própria humanidade. Dessa maneira, enxergaram o capitalismo como mais um estágio desse desenvolvimento histórico-natural e trataram de identificar não apenas as condições de seu surgimento e desenvolvimento, mas as contradições que, sob determinadas condições objetiva e subjetivas, levariam a sua superação por outra, e superior, forma de organização social da produção.

Por isso, em poucas ocasiões Marx e Engels voltaram-se para essa forma futura, e quando o fizeram buscaram apenas estabelecer algumas tendências gerais. E conforme aponta Gomes (2016), realizaram esse exercício inspirados pelas disputas, conflitos, revoltas e revoluções que emergiam na Europa do século XIX como manifestação da luta de classes decorrentes da conformação econômico, política e social da ordem burguesa.

Outro aspecto importante, que também reflete essa compreensão, deriva da constatação também destacada por Gomes (2016) de que Marx e Engels não escreveram nenhuma obra sistematizada em livros e capítulos tratando exclusivamente da passagem do capitalismo para essa forma superior de organização social. O que escreveram sobre o tema aparece em fragmentos de livros, panfletos, prefácios, cartas, partes de capítulos e mensagens aos militantes dos movimentos operários, fato que torna mais complexo a compreensão de como os autores concebiam essa etapa pós-capitalismo. Ademais, não foram elaborações lineares, mas um processo de acúmulo e amadurecimento do próprio método de análise e das descobertas que os autores fizeram das leis gerais que regem o capitalismo e seu nexos histórico com as formações sociais anteriores (GOMES, 2016).

Esse processo de amadurecimento tanto da concepção materialista da história como da descoberta dos mistérios da produção capitalista se desenvolve de maneira bastante explícita nos textos de Marx conhecidos como *Manuscritos econômicos de 1857-1958*, publicados pela primeira vez em 1939, sob o nome de *Grundrisse*. Segundo Gomes (2016) foram esses estudos que possibilitaram amadurecer elementos fundamentais da leitura materialista histórico-dialética da reprodução social que são fundamentais para compreender a projeção que os autores farão de uma sociedade futura.

Cabe acrescentar porém que, esses elementos já estavam presentes, de maneira ainda embrionária, nos manuscritos intitulados "Feuerbach" que conformam o primeiro

capítulo da obra *Ideologia Alemã*, escritos originalmente em 1946. Ali Marx e Engels, em várias passagens, enfatizam que a capacidade humana de produzir seus meios de vida é o que distancia o ser humano dos animais. E que, ao produzir seus meios de vida os homens assumem a capacidade de produzir sua própria vida material. Mas, essa capacidade de produzir assume um "modo", uma "forma" determinada e que não está resumida à reprodução física, mas ao conjunto das relações sociais necessárias à reprodução do homem.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles tem de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto como o que produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

Já no segundo texto³, que compõem os *Grundrisse*, Marx (2011), logo nas primeiras páginas, ao reafirmar sua concepção de homem como um ser essencialmente social, destaca como traço distintivo do homem sua capacidade, de em sociedade, produzir sua existência material e intelectual. Sendo que, o desenvolvimento dessa capacidade humana se confunde com o próprio processo histórico-natural de desenvolvimento da humanidade, processo esse que é delimitado por diferentes *estágios de desenvolvimento social*, caracterizados pela forma como o homem se organiza e se apropria de suas condições de existência, ou seja, pelo *modo de produção*.

Nesse texto o autor, também concebe modo de produção como um totalidade orgânica conformada por uma determinada forma de produção, que determina uma maneira de consumir, de realizar trocas e de distribuir a produção, assim como, também é constituída pelo conjunto das relações que determinam esses diferentes e sucessivos momentos entre si (produção, consumo, troca e distribuição), que sempre recomeçam a partir da produção (MARX, 2011).

Isso aparece também no Prefácio da obra *Contribuição à crítica da Economia Política*, escrito nos primeiros meses de 1859, expresso da seguinte maneira:

³ É importante destacar que esse texto foi intitulado por Kautsky como Introdução, ou Prólogo à *Contribuição à crítica da Economia Política*, foi suprimido de tal obra por Marx, que no prefácio o considerou um esboço que adiantaria resultados.

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Ainda nos *Manuscritos econômicos de 1857-1958*, Marx mostra que esse processo de desenvolvimento, conformado por diferentes etapas não se constitui em um movimento de negação completa das condições herdadas e das formas anteriormente existentes. Mas que as formas futuras, não apenas consideram as formas de produção precedentes, como podem coexistirem. Além disso, destaca que, para compreender cada estágio histórico da reprodução social é preciso isolar as determinações que prevalecem na produção em geral, as chamadas *condições universais* de toda a produção, das formas particulares, e com isso identificar as diferenças essenciais que distinguem a produção em cada *estágio de desenvolvimento social*, e as forças propulsoras que atuam sobre esse conjunto de determinações.

No capítulo intitulado "Do Capital", que conforma o terceiro texto do *Grundrisse*, Marx ao identificar o trabalho livre e sua troca por dinheiro como uma condição histórica do capital e um pressuposto do trabalho assalariado, conclui que a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização também se constitui um pressuposto do trabalho assalariado. Utilizando-se da história, o autor deriva essa condição do desenvolvimento das formas precedentes da produção capitalista onde essas mais havia se desenvolvido até aquele momento.

Ao olhar as formas mais antigas de produção - asiáticas, eslava, germânica - baseadas na propriedade comunitária ou na pequena propriedade livre, Marx (2011) identifica que, naquela forma particular, as condições objetivas de existência do homem são pressupostas como pertencentes a ele, mas o próprio homem tem como pressuposto ser membro de uma comunidade, pela qual sua relação com as condições objetivas de trabalho são mediadas. O autor destaca também que essa forma particular de propriedade sobre as condições objetivas de existência determinava a existência real da comunidade. Assim, como condição para a imutabilidade dessa forma de sociedade era preciso a reprodução de seus membros sob as mesmas condições objetivas pressupostas, o que não ocorre. O que Marx observou na história foi que, a própria produção altera

necessariamente e de maneira gradual as condições objetivas pressupostas e as abole, criando outras, que por sua vez também serão abolidas.

Em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a *reprodução* das relações pressupostas do indivíduo singular à sua comunidade - relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais - e uma existência *objetiva, determinada, predeterminada* para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. -, desenvolvimento que, por conseguinte, é por princípio *limitado*, mas que, superado o limite, representa decadência e desaparecimento (MARX, 2011, p. 398 e 399).

Esse movimento, que levou ao desaparecimento daquelas sociedades organizadas sob a forma particular mais antiga, também atuou sobre as sociedades posteriores em um movimento descrito por Marx (2011, p. 407) da seguinte maneira:

Todas as formas (mais ou menos naturais e espontaneamente originadas, mas, ao mesmo tempo, todas também resultado do processo histórico) em que a comunidade supõe os sujeitos em uma unidade objetiva determinada com suas condições de produção, ou em que uma existência subjetiva determinada supõe as próprias comunidades como condições de produção, tais formas correspondem necessariamente só a um desenvolvimento limitado, e limitado por princípio, das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas as dissolve, e a sua própria dissolução é um desenvolvimento das forças produtivas humanas. Em um primeiro momento, trabalha-se a partir de uma certa base - de início, originado natural e espontaneamente -, em seguida, pressuposto histórico. Mais tarde, no entanto, essa própria base ou pressuposto é abolida ou posta como um pressuposto evanescente, que se tornou muito estreito para o desenvolvimento do bando humano progressivo. (MARX, 2011, p. 407).

No prefácio escrito em 1959, esse mesmo movimento, é descrito em outro nível de abstração com as seguintes palavras:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, p. 47 e 48).

Assim, a sociedade futura a qual Marx e Engels escolheram⁴ chamar comunismo foi projetada como uma necessidade histórica derivada desse movimento dialético presente na reprodução social comandada pela lógica do capital.

⁴ No prefácio escrito para a edição alemã do *Manifesto Comunista* de 1980, Engels explicou porque os autores escolheram chamar a sociedade futura de *comunista* e não *socialista*. Segundo o autor, 1947, ano anterior a primeira edição do manifesto, por *socialista* se reconheciam dois tipos de pessoas: os

Mas, se em um primeiro momento os autores consideraram que o desenvolvimento das forças produtivas observado nos países tidos como economicamente determinantes e o antagonismo de classe refletido ali nas lutas operárias constituíam as condições objetivas e subjetivas que desencadeariam revoluções sociais para a construção de uma nova sociabilidade. Ainda no prefácio escrito em 1859, eles destacam que uma forma social de organização não desaparece sem que todas as forças produtivas que ela possa conter estejam plenamente desenvolvidas, assim como novas e superiores relações sociais de produção não podem se generalizar sem que as condições de existência dessas relações tenham se consolidado na seio da sociedade anterior (MARX, 2008).

Esse processo, que no campo da abstração pode ter se apresentado, em algum momento, como rápido, mecânico e simples, aparece, segundo Engels (2015), descrito com toda sua complexidade na quarta seção do livro I de *O Capital*, quando Marx, utiliza-se novamente da história para mostrar o processo de constituição do modo de produção capitalista.

(...) concentrar e expandir esses meios de produção estreitos e dispersos, transformá-los na alavanca produtiva de efeitos poderosos da atualidade foi exatamente o papel histórico do modo de produção capitalista e de sua portadora, a burguesia. O modo como ela efetuou isso na história {,desde o século XV,} em três fases - a da cooperação simples, a da manufatura e a da grande indústria - foi descrito extensamente por Marx na quarta seção de *O capital* (...). (ENGELS, 2015, p. 305)

Quando voltaram a análise para o momento histórico em que viviam, os autores viram no seio da sociedade capitalista os elementos sobre os quais a nova sociedade se constituiria. Engels tratou isso de maneira bastante detalhada na obra *A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring*, também conhecida como *Anti-Duhring*. Na terceira parte dessa obra, o autor mostra como a produção de mercadorias deixou de ser realizada por produtores isolados e independentes e se tornou produção social organizada em estabelecimentos cada vez mais produtivos e chegou à grande indústria.

partidários dos sistemas utópico, já em decadência; ou então, os reformistas sociais que queriam resolver as brechas sociais sem provocar danos ao capital e ao lucro dos capitalistas. Segundo destacou Engels, esse grupo se acha alijado do movimento operário, buscava apoio nas classes "instruídas" e era muito respeitado na Europa. Por outro lado, uma parte dos operários que consideravam uma mudança meramente política como insuficiente e exigiam uma transformação mais radical da sociedade, era chamados *comunistas*. Um comunismo que o autor chamou de instintivo, as vezes tosco e utópico. Por sustentar, já naquele momento o protagonismo histórico da classe trabalhadora na emancipação contra o capital, elegeram o comunismo como denominação referir-se à sociedade futura projetada como horizonte de luta dos trabalhadores.

Expôs também como a anarquia da produção presente no modo de produção capitalista frente à organização da produção em cada grande estabelecimento se tornou o motor da crescente contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Contradição esta que sempre termina por eclodir em crises cíclicas e, ao final de cada nova crise, abre um novo período de desenvolvimento das forças produtivas que ampliam o caráter social da produção, exigindo inclusive alterações na forma de propriedade dos meios de produção.

É essa resistência das forças produtivas que crescem poderosamente contra sua qualidade de capital, é essa coerção cada vez mais intensa por reconhecimento de sua natureza social que força a classe dos capitalistas a tratá-las mais e mais, na medida em que isso de alguma forma é possível dentro da relação do capital, como forças produtivas de cunho social. Tanto o período de alta demanda industrial com sua irrestrita inflação de crédito como a própria crise gerada pela ruína de grandes estabelecimentos capitalistas impelem para a forma da socialização de consideráveis massas de meios de produção com que deparamos nas diversas espécies de sociedades por ações. Alguns desses meios de produção e intercâmbio são, de antemão, tão colossais que, a exemplo das ferrovias, excluem qualquer outra forma de espoliação capitalista. Em certa fase do desenvolvimento, essa forma também já não é suficiente: o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, é obrigado a assumir sua condução. (ENGELS, 2015, p. 313 e 314).

Porém, essa mudança nas formas, não significa que as forças produtivas percam suas "qualidades de capital", os trabalhadores continuam sendo assalariados e assim espoliados do produto do seu trabalho que é apropriado pela classe que comanda os meios de produção na forma de capital. Isso é claro, no caso das sociedades por ação, mas não é tão óbvio no caso da propriedade estatal. Conforme Engels (2015, p. 315) destaca, o Estado segue sendo dominado pelos interesses da classe capitalista, o que continua garantindo às relações de produção sob seu comando um conteúdo capitalista. Porém ele destaca que, a forma estatal não é a solução da contradição, mas possui o "meio formal" que pode solucionar o conflito. Isso porque ela abre o precedente que pode tornar evidente o caráter social que alcançaram os meios de produção sob comando do capital.

(...) Desse modo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, que quebra periodicamente o modo de produção e de troca e só consegue se impor violenta e destrutivamente como lei natural que atua de maneira cega, será validado de forma plenamente consciente pelos produtores, convertendo-se de causa de perturbação e ruína periódica na mais poderosa alavanca da própria produção. Desse modo, a anarquia social da produção é substituída por uma regulação socialmente planejada da produção, de acordo com as carências tanto do conjunto como de cada indivíduo. (ENGELS, 2015, p. 315).

Esse processo consciente de transformação da anarquia social da produção em uma regulação socialmente planejada da produção, levado a cabo pela classe trabalhadora, é completamente compatível com o que Marx, na obra *a Crítica ao Programa de Gotha*, considerou como a constituição da sociedade comunista. Sendo que, essas transformações foram projetadas em duas fases. Uma, que ele chamou de primeira fase, foi descrita como uma sociedade que não se desenvolveu de suas próprias bases, mas que emerge do seio da sociedade capitalista trazendo com ela valores econômicos, morais, culturais e espirituais da forma anterior, mas que está baseada na propriedade comum dos meios de produção.

Por outro lado, a sociedade comunista em sua fase superior, foi concebida como um nova organização social regulada de maneira consciente pelos próprios seres humanos que terão sob o seu domínio suas condições de existência e a socialização dos seres humanos terá deixado de ser uma imposição da natureza ou da história, e terá se tornado um ato de liberdade dos indivíduos.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!'. (MARX, 2012, p. 31 e 32)

Projetado dessa maneira, esse processo de transformação, não foi concebido para ocorrer em apenas um país, mas ao longo das construções teóricas dos autores, torna-se contundente a visão já apresentada por Marx e Engels (2007, p. 38) na obra *Ideologia Alemã*, em que o comunismo foi apresentado pelos autores como um "*estado de coisas*", como um "*Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar". Em uma carta escrita a Kautsky, em 1882, Engels ao vislumbrar um processo revolucionário que pudesse conduzir a Europa rumo a essa transformação fez a seguinte colocação: "(...) *Una vez Europa esté reorganizada, así como América del Norte, eso dará un impulso tan fuerte y sera un ejemplo tan grande, que los países semicivilizados seguirán ellos mismos nuestra senda*" (ENGELS, 1882, p. 272).

Porém, se durante algum tempo, o pensamento marxiano, projetou essa transformação se desenvolvendo a partir de países economicamente determinantes da produção

capitalista, em seus últimos escritos, Marx já considerava a possibilidade de que ela se iniciasse, também, em países em que a sociedade capitalista não tivesse plenamente desenvolvida. Em um esboço de carta escrito em 1977, Marx esclarece que nem seu esquema histórico do surgimento do capitalismo, nem a tendência histórica da produção capitalista apontada por ele, podem ser tomados como uma "teoria histórico-filosófica" fatalista imposta a todos os povos. Naquelas, palavras, fica evidente a importância das circunstâncias históricas de cada povo e como elas podem gerar resultados diversos decorrentes de acontecimentos análogos.

Outra contribuição importante que Marx deixou a respeito dessa questão, está presente no conjunto de rascunhos de uma carta que Marx escreveu à Vera Ivanovna Zaslitch em resposta ao questionamento desta última sobre o destino que a comuna rural, na Rússia, poderia assumir e a necessidade histórica de todos os países vivenciarem as mesmas etapas de desenvolvimento da produção capitalista.

Em resposta, Marx volta a enfatizar que sua análise, apresentada no livro *O capital* está centrada no processo de expropriação capitalista, tal qual ele ocorreu na Europa ocidental e, de maneira mais completa, na Inglaterra. E que ali, as condições históricas já haviam alterado a propriedade comunal. Portanto, a transformação ali operada foi de uma forma de propriedade privada para outra forma de propriedade privada, o que não era o caso da comuna rural russa. Complementa, dizendo que os estudos até então realizados, o havia convencidos de que a comuna rural poderia impulsionar a Rússia para uma organização social não-capitalista baseada na propriedade coletiva.

Apesar de não aparecer no texto final enviado à interlocutora, Marx também destacou, no primeiro esboço da carta, a importância que as condições históricas poderiam assumir na transformação da comuna rural russa, e elencou alguns determinantes históricos daquela forma comunal. Além disso, aportou a ideia de que a produção capitalista organizada já em níveis mundiais, poderia permitir à Rússia incorporar à comuna as "conquistas positivas" proporcionadas pelo capitalismo sem que fosse necessário passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento.

Considerados por Lowy (2013), uma ruptura do pensamento marxiano com uma visão "unilinear, evolucionista, 'etapista' e eurocêntrica" presente em suas elaborações anteriores, esses escritos podem indicar um amadurecimento do próprio método

utilizado por Marx e Engels, pois, na medida em que, a produção capitalista se expandia e encontrava ambientes históricos diversos, novas questões se colocavam para serem investigadas e pensadas pelos autores. Aqui cabe registrar, mais um vez, as palavras de Engels (1895, p. 285): "toda la concepción de Marx no es una doctrina, sino un método. No ofrece dogmas hechos, sino puntos de partida para la ulterior investigación y el método para dicha investigación".

Esse ponto de vista é importante, inclusive para compreender a ausência, na obra de Marx e Engels de qualquer estruturação mais sistematizada em relação às transformações econômicas, políticas e social que conduziriam a uma organização social comunista e sobre o seu funcionamento, em especial, em relação à sua fase superior. O que, por outro lado, torna um imperativo a necessidade de tomar as experiências concretas de revolução política e transformação da ordem capitalista como objeto de investigação para, dessa forma, se avançar na construção de um pensamento teórico revolucionário e aportar os instrumentos necessários à luta dos trabalhadores.

1.3 Alguns apontamentos conclusivos a partir do pensamento de Marx e Engels

O que é possível encontrar na obra de Marx e Engels, como já dito anteriormente, são algumas tendências gerais, do que os autores chamaram de primeira fase do comunismo. Em relação a essa etapa futura, os autores a conceberam se iniciando com a tomada do governo político por parte da classe trabalhadora. Na sequência todos os meios de produção seriam transformado em patrimônio comum da sociedade, a propriedade social. Isso exigiria alterações na forma de distribuição da produção social, assumindo um caráter planejado, em que o trabalho se manteria como um dos elementos determinantes para a forma de apropriação da produção e as relações de troca que caracterizam uma sociedade produtora de mercadoria também estariam presentes.

Em relação à superestrutura, ou, ao que Marx chamou, na Crítica ao Programa de Gotha (2012, p. 42) de "ordenamento estatal", foi visualizado um período político chamado de transição, que se relaciona ao processo de constituição e estabelecimento da *ditadura revolucionária do proletariado*, onde toda a superestrutura iria sendo transformada até que o Estado assumisse a forma de uma ditadura do proletariado. Esse processo foi concebido, pelos autores como constitutivo da primeira fase do comunismo, mas não

como o fim último dessa fase. Na verdade, durante essa primeira fase também seriam gestadas as condições que permitiriam à classe trabalhadora abolir o Estado, na medida em que suas funções fossem deixando de ser uma necessidade à reprodução social.

Com isso, é possível perceber que Marx e Engels visualizavam um processo longo e gradual de *revolução permanente* na base e na superestrutura que conformam uma totalidade social que transita do capitalismo para o comunismo. Engels (1890, p. 274) ao se posicionar sobre o que concebia como sociedade socialista a descreveu da seguinte maneira:

La llamada 'sociedad socialista', según creo yo, no es una cosa hecha de una vez y para siempre, sino que cabe considerarla, como todos los demás regímenes históricos, una sociedad en constante cambio y transformación. Su diferencia crítica respecto del régimen actual consiste, naturalmente, en la organización de la producción sobre la base de la propiedad común, inicialmente por una sola nación, de todos los medios de producción (...).

Também fica evidente, que não pensavam em um modelo, ou em um receituário a ser seguido pelas classes trabalhadoras que lograssem conduzir um processo de revolução social. Aliás, em diferentes passagens na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx ressalta que a organização do trabalho deve surgir do próprio processo revolucionário de transformação da sociedade e da organização das classes trabalhadoras nacionais.

Retomando aqui o diálogo com Gomes (2016), é possível observar, conforme demonstra o autor que essa sociedade comunista em sua primeira fase era uma preocupação de Marx e Engels e, também, objeto de vários debates com seus correligionários, nos quais aparece de maneira bastante evidente a convicção dos mesmos em relação à ausência de formas únicas e lineares, mas que, dependendo das condições históricas de cada nação que lograsse iniciar um processo revolucionário, as condições objetivas e subjetivas de existência assumiriam formas particulares e transitórias com determinações de diferentes natureza.

Conforme, também aponta Gomes (2016), essas elaborações dos clássicos do socialismo científico não tiveram como objeto experiências concretas de transição ao socialismo, exceto a curta experiência revolucionária dos trabalhadores organizados na *Comuna de Paris*. Dessa maneira, as revoluções do século XX e as experiência que se convencionou chamar de "socialismo real", se constituem em importantes oportunidades de investigação para se avançar no debate sobre transição para um modo de vida

diferente ao instituído pela lógica de funcionamento do capital organizado sobre a base da sociedade burguesa.

Referências Bibliográficas:

ENGELS, F. **Anti-Duhring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. [carta] 12 set 1882, Londres [para] KAUTSKY, C. Viena. Responde questionamento sobre a opinião dos operários Ingleses sobre a política colonial. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 272. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

_____. [carta] 11 mar 1895, Londres [para] SOMBART, W. Berlau. Comentário ao artigo enviado pelo destinatário. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 285. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

_____. [carta] 21 ago 1890, Folkestone [para] VON BOENIGK, O. Berlau. Responde questionamentos sobre as transformações socialistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscú: Progreso, 1980, p. 274. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/oe/pdf/oe3-v3.pdf>. Acesso em: 20 jan 2016.

_____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: **Obras Escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d. Vol. 3, pp. 171-207. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/54_ENGELS_Ludwig_Feuerbach.pdf>. Acesso em: 10 fev 2016.

GOMES, H. **Aprendizados da experiência chinesa: sobre as relações de estado numa transição ao socialismo**. 2016. 160f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

MARX, K. **O'Capital**. Livro 1. 31ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Grundrisse**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Prefácio. In:_____.**Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-50.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p 71-116.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOWY, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do Progresso. In: In: MARX, K.; ENGELS, F. MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p 9-16.